

Edital 54/2024

Processo nº 23462.000412/2024-93

CHAMADA PÚBLICA N.º 04/2024.

Dispensa de Licitação

Chamada Pública para Aquisição de Lanches para a comunidade acadêmica a partir de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento ao PNAE, conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Reitoria, pessoa jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rua Dom José Thomás, 194, Bairro São José, cidade de Aracaju/SE, CEP 49015-090, inscrita no CNPJ sob o nº 10.728.444/0001-00, representado neste ato pela Mag.^a Reitora Ruth Sales Gama de Andrade, nomeada pelo Decreto Ministerial de 29 de setembro de 2022, publicado no DOU de 30 de setembro de 2022 e Resolução nº156/2022/CS/IFS, no uso de suas prerrogativas legais, considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, vem realizar Chamada Pública para **Aquisição de lanches, provenientes da Agricultura Familiar, para discentes do Instituto Federal de Sergipe (IFS), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, por meio da modalidade de dispensa de licitação.

Envio de proposta e documentação para habilitação até: 10:00hs de 11/11/2024 (horário de Brasília).

Chamada pública: 11/11/2024 - 11h (horário de Brasília).

A sessão pública será de forma on-line, transmitida no canal oficial do IFS, no Youtube, sem a necessidade de presença de público, a fim de maximizar a competitividade, permitindo que cooperativas mais distantes de Aracaju deem suas propostas sem necessariamente estarem presentes, reduzindo seus custos operacionais. Todas as etapas serão realizadas, exclusivamente, através do e-mail oficial: chamadapublica@ifs.edu.br.

Os Grupos Formais/Informais e os fornecedores individuais, deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda de forma digitalizada no e-mail: chamadapublica@ifs.edu.br até o dia 11/11/2024 às 10:00hs, conforme orientações constantes neste Edital.

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
54/2024	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA	21/10/2024 14:21 (v 11.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23462.000412/2024-93

1. OBJETO

1.1. Descrição do Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a **Aquisição de lanches, provenientes da Agricultura Familiar, para discentes do Instituto Federal de Sergipe (IFS), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, conforme especificações dos gêneros alimentícios discriminados na **TABELA 1.1 do TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO 1)**:

1.2. Integram este edital

1.2.1. Anexo I – Termo de Referência;

1.2.2. Anexo II – Minuta do Contrato;

1.2.3. Anexo III – Declaração de origem dos produtos;

1.2.4. Anexo IV – Projeto de venda.

1.3. Conforme resolução FNDE 06/2020 (art. 31, §4), o preço a ser pago ao fornecedor é aquele estabelecido no termo de referência, nele já estando incluídos todos as despesas operacionais, de frete e de impostos por ventura incidentes.

2. FONTE DE RECURSO

2.1. Recursos provenientes do PNAE/FNDE

FONTE: 1133000000

PTRES: 230446

PI: CFF53M9601N / JFF53B9601J

ND: 339032

3. HABILITAÇÃO - ARQUIVO 01

Os fornecedores da agricultura familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais, de acordo com o Capítulo V da Resolução 06/2020 FNDE que dispõe sobre o PNAE.

3.1. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

O Fornecedor Individual deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3.2. HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL.

O Grupo Informal deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

3.3. HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

O Grupo Formal deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

VIII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

4. PROJETO DE VENDA - ARQUIVO 02

4.1. Os Fornecedores Individuais, os Grupos Informais e os Grupos Formais deverão **apresentar o Projeto de Venda de Aquisição de Lanches para a comunidade acadêmica a partir de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento ao PNAE**, conforme Anexo VII da Resolução n.º 06 do FNDE, de 08.05.2020.

4.2. A relação dos proponentes dos Projetos de Venda será apresentada e registrada em ata, na data da realização da Chamada Pública 04/2024.

O resultado da seleção será publicado em até 01 (um) dia útil após a realização da sessão pública, e o(s) fornecedor(es) selecionado(s) será(ão) convocado(s) a assinar(em) o(s) contrato(s) após a publicação do resultado definitivo.

4.3. O(s) Projeto(s) de Venda(s) a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 30 da Resolução do FNDE que dispõe sobre o PNAE.

4.4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e o nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor, quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP jurídica da organização produtiva, quando se tratar de Grupo Formal.

4.5. Na ausência ou desconformidade de quaisquer desses documentos mencionados no item anterior, recebido no e-mail **chamadapublica@ifs.edu.br**, poderá ser concedido abertura de prazo para regularização, conforme análise e decisão da Comissão Julgadora..

5. CRITÉRIO SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1 Nos termos do art. 35 da Resolução FNDE 06/2020, o critério utilizado para selecionar os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.

5.1.1 Entende-se por local, no caso de DAP Física, o município indicado na DAP;

5.1.2 Entende-se por local, no caso de DAP Jurídica, o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica;

5.2 Critérios de priorização: entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

5.2.1 O grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

5.2.2 o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

5.2.3 o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

5.2.4 o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País;

5.3 Da ordem de prioridade para seleção: Em cada grupo de projetos, será observada seguinte ordem de prioridade para seleção:

5.3.1 os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes, entendidos aqueles considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);

5.3.1.1 no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

5.3.2 os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

5.3.3 os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

5.3.3.1 no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 4º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica;

5.3.4 em caso de persistência de empate, será realizado sorteio, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

5.3.4 Caso o IFS não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas serão complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização aqui definidos.

6. PREÇOS

6.1. A definição dos preços observou o art. 31 da Resolução FNDE n.º 06, de 2020, e foram captados via mercado municipal de alimentos, respeitando a devida atualização de preços e sua conformidade com o mercado local, por meio de captação in loco destes.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste procedimento, somente:

7.2. **Fornecedores Individuais:** Agricultores familiares não organizados em grupos, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP física;

7.3. **Agricultores familiares** organizados em grupos informais detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Física de cada agricultor.

7.4. **Grupos formais:** Agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações) detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Jurídica.

7.5. Para participarem desta Chamada Pública, de acordo com a Resoluções N° 06/2020/CD/FNDE e e suas alterações, os Fornecedores Individuais, os Grupos Formais e os Grupos Informais deverão enviar no e-mail: **chamadapublica@ifs.edu.br até as 10:00h do dia 11/11/2024**, dois arquivos separados e digitalizados:

7.5.1. **Documentação de habilitação;**

7.5.2. **Projeto de Venda.**

8. DA ABERTURA DOS ARQUIVOS

8.1. Os arquivos enviados no e-mail chamadapublica@ifs.edu.br serão publicizados às 10:00h do dia 11/11/2024, horário de Brasília.

8.2. Logo após a análise da documentação recebida, pela comissão julgadora, o resultado do credenciamento será registrado em ATA assinada pelos membros da comissão, sendo esta disponibilizada no e-mail de todos os interessados, para que havendo discordância, seja impetrado recurso fundamentado, conforme item 09 do presente Edital.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E RECURSOS

9.1. Não serão acolhidas as impugnações e/ou recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo interessado.

9.2. Este edital só poderá ser impugnado em até 2(dois) dias úteis antes da data fixada para o início do recebimento da documentação, via e-mail.

9.3. Após a publicação do julgamento referente ao credenciamento em 11/11/2024, o interessado poderá interpor recurso até as 16:00h do dia 12/11/2024 enviando tal recurso através do e-mail **chamadapublica@ifs.edu.br** . O recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 24h(vinte e quatro) horas.

9.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento..

9.5. As razões de impugnação ao edital e de recurso deverão ser formalizadas por escrito e devem ser enviadas à comissão julgadora no e-mail: **chamadapublica@ifs.edu.br**, no prazo estipulado.

10. CRITÉRIO PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O critério de priorização das propostas é o informado no item 5.

11. LOCAL E PERIODICIDADE DAS ENTREGAS

11.1. As condições de entrega e de periodicidade dos Alimentos estão previstas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado em até 30 dias após a última entrega do mês, por meio de nota de empenho, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado. Vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

12.2. Caso o fornecedor disponha de algum tipo de isenção fiscal, informar ao gestor do contrato quando da geração de nota fiscal.

12.2. Se o item anterior não for atendido, serão recolhidos todos os impostos ordinariamente aplicáveis.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Edital de Chamada Pública poderá ser obtido no através do endereço eletrônico: www.ifs.edu.br.

13.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

13.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/EEEx.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

$VMC = NAF \times R\$ 40.000,00$ (sendo: VMC: valor máximo a ser contratado. NAF: nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica).

13.4. **Os alimentos adquiridos com recursos do PNAE só podem ser destinados a alunos matriculados nos cursos de educação básica.**

Comissão Especial para Compra de Alimentos da Agricultura Familiar

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 08:46:24.

VALDEMAR ALVES DA COSTA NETO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:21:21.

PRISCILLA KARINE SANTOS CORREA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 08:54:47.

CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 09:02:26.